

Museu Vivo do São Bento - Museologia a Contrapelo

São Bento Living Museum - Museology in reverse

Uhelinton Fonseca Viana¹

Resumo: O presente trabalho é fruto de uma pesquisa desenvolvida no âmbito da tese de doutorado denominada *A educação como patrimônio e a educação com o patrimônio*, que estudou a articulação da formação de professores de Duque de Caxias e a sua relação com a construção do patrimônio cultural da cidade. Nesta pesquisa, a abordagem teórica e metodológica inverte o ponto de origem do patrimônio, e busca sua constituição a partir das pessoas e não dos objetos, da política e do interesse que tangenciam as instituições culturais de preservação. Por esse caminho, é possível perceber como as narrativas são fundamentais para a constituição do patrimônio e como esse é atravessado por lutas. Teremos no momento primeiro deste texto a percepção dos professores, que são os protagonistas na construção do Museu Vivo de São Bento, e o que ele representa para a Baixada Fluminense enquanto museu social e de resistência.

Palavras-chave: Museologia social, Patrimônio e Classes sociais.

Abstract: *This work is the result of research developed within the scope of a doctoral thesis entitled Education as Heritage and Education with Heritage. It investigated the articulation of teacher training in Duque de Caxias and its relationship with the development of the city's cultural heritage. This research employs a theoretical and methodological approach that*

¹ Holds a Bachelor's degree in Museology from the Federal University of the State of Rio de Janeiro, and a Master's and PhD in Education from the Fluminense Federal University. His research focuses on the relationship between cultural heritage and education. He is currently the coordinating instructor for the course Planning and Organization of Tourism (POT) in the Distance Education Teaching Degree Program in Tourism at the Federal Rural University of Rio de Janeiro (UFRRJ); a postdoctoral researcher in the Graduate Program in Heritage, Culture and Society (PPGPACS) at UFRRJ; and a technical-administrative staff member at the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ). He is a researcher in the fields of History, Society, Heritage, and Tourism, a guest doctoral-level lecturer in the PPGPACS graduate program at UFRRJ, collaborates with the Research Center on Heritage and Memory (NUPAM/UFRRJ), and serves as a course coordinator at CEDERJ in the Tourism Program at UFRRJ. E-mail: uhelinton@gmail.com. Brief resume: *Holds a Bachelor's degree in Museology from the Federal University of the State of Rio de Janeiro, and a Master's and PhD in Education from the Fluminense Federal University. His research focuses on the relationship between cultural heritage and education. He is currently the coordinating instructor for the course Planning and Organization of Tourism (POT) in the Distance Education Teaching Degree Program in Tourism at the Federal Rural University of Rio de Janeiro (UFRRJ); a postdoctoral researcher in the Graduate Program in Heritage, Culture and Society (PPGPACS) at UFRRJ; and a technical-administrative staff member at the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ). He is a researcher in the fields of History, Society, Heritage, and Tourism, a guest doctoral-level lecturer in the PPGPACS graduate program at UFRRJ, collaborates with the Research Center on Heritage and Memory (NUPAM/UFRRJ), and serves as a course coordinator at CEDERJ in the Tourism Program at UFRRJ.*

reverses the point of origin of heritage, seeking its constitution from people and not from objects, politics, and the interests that influence cultural preservation institutions. This approach allows for an understanding of the fundamental role narratives play in establishing heritage and how this heritage is traversed by struggles. This text's initial section will explore the perspectives of the teachers, the protagonists in the construction of the São Bento Living Museum, and what it represents for the Baixada Fluminense region as a social museum and a symbol of resistance.

Keywords: Social Museology, Heritage and Social Classes

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de uma pesquisa desenvolvida no âmbito da tese de doutorado denominada *A educação como patrimônio e a educação com o patrimônio*, que estudou a articulação da formação de professores de Duque de Caxias e a sua relação com a construção do patrimônio cultural da cidade. Nessa pesquisa, a abordagem teórica e metodológica inverte o ponto de origem do patrimônio, buscando sua constituição a partir das pessoas e não dos objetos, da política e do interesse que tangenciam as instituições culturais de preservação. Por esse caminho, é possível perceber como as narrativas são fundamentais para a constituição do patrimônio e como esse é atravessado por lutas. Teremos no momento primeiro deste texto a percepção dos professores, os protagonistas na construção do Museu Vivo de São Bento, e depois o que ele representa para a Baixada Fluminense enquanto museu social e de resistência.

O que tentamos buscar é uma abordagem crítica ao próprio conceito de patrimônio, com o entendimento de que as narrativas fundamentam a teoria e explicam, na prática, a luta social de classe que atravessa nossa sociedade em diferentes níveis. Nesse sentido, o patrimônio cultural e suas formas de apropriação crescem nessa realidade, às vezes moldam e modulam a própria luta. O surgimento do Museu Vivo de São Bento em Duque de Caxias deixa evidente como o patrimônio se constitui como um instrumento de luta e, fundamentalmente, traz o que Benjamin (1996) chama de História a “contrapelo”, explicitada em sua sétima tese. Essa perspectiva denuncia o poder da história e da ideologia como ferramentas de dominação de classe. Portanto, o patrimônio é pensado como meio e, se reduzido à contemplação, se mostra estéril para as questões reais da vida, devendo ser pensado a partir das narrativas, da denúncia e da crítica à realidade perversa, desigual e injusta. Para esse autor: “Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie” (Benjamin, 1996. p. 225).

Nessa perspectiva, quando os bens culturais surgem “contra o pelo” da história, a memória dos vencidos é o patrimônio que a história oficial tenta apagar, pois esse patrimônio denuncia as cicatrizes da história, que são escondidas. É sob o pelo que vemos a violência, suas marcas, feridas e a opressão. É sob o pelo, que vemos outra história e a denúncia do sofrimento das classes trabalhadoras. Isso destaca que o genocídio das memórias dos trabalhadores é uma estratégia de dominação de classe, que legitima o poder dominador e oculta a coerção e a miséria causadas por essa estrutura.

A luta de classes, que um historiador educado por Marx jamais perde de vista, é uma luta pelas coisas brutas e materiais, sem as quais não existem as refinadas e espirituais. Mas na luta de classes essas coisas espirituais não podem ser representadas como despojos atribuídos ao vencedor. Elas se manifestam nessa luta sob a forma da confiança, da coragem, do humor, da astúcia, da firmeza, e agem de longe, do fundo dos tempos. Elas questionarão sempre cada vitória dos dominadores. Assim como as flores dirigem sua corola para o sol, o passado, graças a um misterioso heliotropismo, tenta dirigir-se para o sol que se levanta no céu da história. O materialismo histórico deve ficar atento a essa transformação, a mais imperceptível de todas (Benjamin, 1996, p. 223-224).

Benjamin é um crítico da visão linear de progresso e demonstra, em seus textos, as raízes do pensamento marxista. Portanto, em seus textos teremos a crítica ao Estado, à sociedade burguesa e à cultura que se difunde em favor dos ideais burgueses, que é fator fundamental e determinante para a dominação burguesa. A cultura e suas derivações, como o patrimônio cultural, aparecem como ferramentas da ideologia burguesa e capitalista de seu tempo. Dessa forma, trazer a história a contrapelo não se reduz a mostrar apenas outras narrativas, mas coloca luz nos problemas relativos aos conflitos sociais permanentes pela sobrevivência e por recursos, em uma sociedade capitalista, desigual e periférica, marcada pela luta. Portanto, a força da ideologia na cultura, consequentemente no patrimônio, pode operar no sentido que naturaliza e generaliza os discursos da classe dominante, considerando o potencial mediador que possuem os bens culturais.

Jeudy (2005) traz em suas discussões a relevância do patrimônio e faz a crítica ao processo de patrimonialização das cidades. Ao fazer menção aos museus, coloca o quanto sua mediação pode ser importante e destaca que, em muitos casos, é fundamental para o ocultamento das lutas sociais, o que nos leva a refletir que o patrimônio pode se dobrar a essas questões. A função do patrimônio e dos museus é preservar e transmitir, mas, também, educar, considerando a transmissão das referências às pessoas de gerações distintas. Nesse sentido, os bens culturais transmitem valores culturais, formas de viver e pensar, ou seja, padrões que

tendem a ser naturalizados, muitas vezes como universais e legítimos. O patrimônio e os museus surgem não apenas como espaços de preservação e de transmissão da cultura, mas podem se destacar no culto a personalidades, à história e a padrões culturais específicos, que surgem como “referências” para outras gerações. Dessa forma, essa racionalidade é capaz de produzir valores sobre determinados bens culturais e, como consequência, formar uma possível estratificação de grupos ou classes sociais, ou ocultar partes da história e criar uma perspectiva incompleta da realidade em favor das classes dominantes.

A reflexão que podemos fazer é sobre determinadas narrativas que podem gozar de uma posição privilegiada na educação e na sociedade, em que muitas podem aparecer como incontestáveis, na medida em que os bens culturais surgem como testemunhos e documentos dessas narrativas. Desejo ressaltar que os bens culturais são pedagógicos, pois são capazes de materializar as narrativas por serem testemunhos delas, ao mesmo tempo em que geram valor e valorizam determinada cultura e podem ocultar parte da história. Portanto, o patrimônio surge como uma forma de produção de valor, enquanto educa, de forma sutil, pela linguagem das coisas, o patrimônio e os museus. Nessa reflexão, destacam-se como fundamentais para a transmissão de valores. Paulo Freire (2021, p. 36), coloca que “A leitura do mundo precede a leitura da palavra”. Para esse autor, as experiências no mundo são as primeiras formas de leitura dos sujeitos. Os museus trabalham com essa primeira leitura, tanto no âmbito sensorial, quanto no campo das memórias.

A velha casa, seus quartos, seu corredor, seu sótão, seu terraço — o sítio das avencas de minha mãe —, o quintal amplo em que se achava, tudo isso foi o meu primeiro mundo. Nele engatinhei, balbuciei, me pus de pé, andei, falei. Na verdade, aquele mundo especial se dava a mim como o mundo de minha atividade perceptiva, por isso mesmo como o mundo de minhas primeiras leituras (Freire, 2021, p. 37).

Os objetos museais e o patrimônio cultural permitem trabalhar nesse campo linguístico e fazer uma leitura de mundo ou narrativa pelas coisas, como exemplifica a citação de Freire. Os bens culturais são uma linguagem e toda linguagem é uma mediação, movida pelos interesses sociais e econômicos. Jeudy (2005) completa essa questão ao mencionar a ideia de “Maquinaria do Patrimônio” e lança sua problematização ao patrimônio cultural. A crítica a essa razão “maquinal” do patrimônio e dos museus pode partir de algumas perguntas: o que as narrativas do patrimônio transmitem? A quem beneficiam? Em outras palavras, que ideologias orientam os discursos? A contribuição dessa reflexão é perceber os bens culturais como meios e com um funcionamento social, ou seja, como uma das engrenagens da sociedade que não podem ser

reduzidas a elementos puramente de manifestações culturais ou de contemplação, mas formadores de consciência. Para o mesmo autor, a ordem do patrimônio é preservar, transmitir com o fim de educar. A questão é, para quem? Saviani (2011) entende educação em seu sentido amplo, definindo-a como práticas e valores que são transmitidos entre gerações, intrinsecamente ligados ao contexto social e cultural dos sujeitos. O autor não reduz a educação ao processo pedagógico escolar, mas nos permite perceber que o processo educacional acontece no contexto sociocultural, em que a família educa, a escola educa, a televisão educa. Por esta perspectiva, os museus e o patrimônio são inerentemente educacionais, pois assumem este caráter de transmissão pelas coisas. Jeudy (2005) lança sua crítica e mostra o impacto da “linguagem museológica” na comunicação, que podem se revelar imperceptíveis aos seus visitantes.

(...) Prosseguindo nossa caminhada, vemos erguer-se um edifício inteiramente reconstituído, bem limpo, bem distinto dos terrenos vazios, porque parece ocupado. É o museu. Sabemos que, ao entrar nele, não experimentaremos as mesmas emoções. Aprendemos coisas, veremos que ali tudo está correto, em ordem, que as máquinas parecem prontas para funcionar, e que nenhum detalhe escapou à reconstituição do que foi o local de trabalho. Terminaremos até sabendo ‘como tudo se passou’. Se nossas imagens eram algumas vezes confusas enquanto caminhávamos pelos terrenos abandonados, no museu elas recuperam a aparência de ordem. Como não apreciar a ordem do museu? Ele preenche bem sua função: é a evocação maquinal do que foi.(...) (Jeudy, 2005, p. 25).

Jeudy (2005) traz um exemplo para colaborar com esta discussão, com os “novos patrimônios”, que se configuraram na década de 1980 com o desmoronamento da produção industrial e o declínio do trabalho nas fábricas. O autor coloca que muitas fábricas tornaram-se patrimônios culturais e as narrativas reduziam os bens preservados à questão da produção fabril e à estética. As narrativas tenderiam a abolir as atrocidades, a exclusão e a opressão que aconteciam dentro da fábrica. O autor explicita que quando uma antiga fábrica se transformava em museu, as memórias se tornaram “excessivamente cor-de-rosa”, ocultavam as denúncias, e, por outro lado, ganhavam laços com a comunidade com o discurso da conservação. Em síntese, a questão identitária é ressaltada, e sobressai aos problemas vividos pelos trabalhadores. Em seu texto, Jeudy (2005) afirma que entre escolher a preservação das identidades e o esquecimento completo, os trabalhadores optam por abortar a história das lutas. Nesse sentido, as memórias coletivas podem ser lobotomizadas, quando ocultam lutas, opressões e a destruição da vida em detrimento do capital. O patrimônio cultural, neste momento, assume seu “lado”, no caso das fábricas, pode surgir como um elemento “neutro” ou sem lutas, insurreições, revoltas e greves, reduzido à preservação das identidades de grupos específicos.

Se os museus e o patrimônio cultural são instrumentos de transmissão de conhecimento, são mediadores com uma linguagem própria e com função de “educar”. Tampouco são isentos de interesses e lutas. Marx e Engels (2007) contribuem com conceito de ideologia, que acredito nos ajudar a compreender melhor a crítica de Benjamin (1996) e Jeudy (2005), pois permite esclarecer na função e ação dos bens culturais, que podem operar na ideologia em favor das classes dominantes.

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (...) (Marx e Engels, 2007 p. 47).

Para esses autores, os valores de uma sociedade são os valores de classe e o patrimônio cultural, assim como, os museus não estariam isentos dessa perspectiva. As ideias dominantes são a reprodução das ideias da classe dominante, são parte da manutenção do seu poder. O pensamento crítico é que ataca as ideias dominantes e denuncia a base material do poder das classes dominantes. Portanto, a ideologia opera quando as ideias são naturalizadas, ocultadas, generalizadas e invertidas. Esses autores contribuem para este trabalho, porque nos permitem perceber como o conceito de patrimônio não é abstrato. E como os museus podem ser fundamentais instrumentos de formação de consenso sobre valores e dominação, essa questão reverbera de forma concreta na sociedade, seja na política, na economia ou na organização social. Os museus e o patrimônio podem surgir para educar e sufocar o pensamento crítico, para ocultar as narrativas que vão contra os interesses de classes dominadas, generalizar as referências culturais ou simplesmente inverter e alienar os conceitos, e reduzir tudo ao mercado de consumo. Em outras palavras, museus e patrimônio podem operar na ideologia, seja pelo caráter legitimador das instituições de preservação seja pelas ideias de contemplação que os museus podem assumir.

Se a luta e a dominação acontecem dentro da sociedade capitalista na qual vivemos, esta ordem social não seria pacífica, mas marcada por conflitos e tensões permanentes. É nessa perspectiva que pude estudar o movimento dos docentes na Baixada Fluminense, foco desta discussão. Ressalta-se que o Movimento de Docentes da Baixada Fluminense se destaca pela sua ação política e social, que gerou a criação do Museu Vivo do São Bento, sobre o qual falaremos

adiante. É um museu singular, pois, além de evocar os ideais da Nova Museologia² e da Museologia Social³, aparece na contramão do patrimônio enquanto instrumento da classe dominante. Nessa experiência, o museu assume-se como uma ferramenta de mediação das classes subjugadas e exalta o pensamento crítico, suas lutas, e as experiências presentes no cotidiano. Seria uma condição material de “escovar a história a contrapelo”, como coloca Benjamin (1996), na Baixada Fluminense. É um museu de “combate”, denúncia da pobreza e da desigualdade social, em outras palavras, uma ferramenta de lutas. Nesse caso, a teoria instrumentaliza a prática. Para pensar o patrimônio e os museus de forma crítica, os docentes mostram, em suas experiências, a necessidade de analisar o que está por trás dos prédios e objetos, observando as lutas sociais e narrativas que atravessam os bens culturais em que muitas vezes são ocultadas.

Neste artigo, o recorte social é o do movimento de professores de Duque de Caxias e a construção do Museu Vivo do São Bento, ambos nascidos na cidade de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. Acredito que não há como entender a construção do Museu Vivo, sem pensar quem são esses docentes e como suas narrativas se engendram. Essas se mostram pedra de toque da sua própria luta e foram importantes para conquistar a construção do Museu Vivo do São Bento. Nesse caminho, as memórias sociais, as apropriações e o processo de rememoração foram elementos fundamentais, não apenas para constituição do patrimônio cultural de resistência, mas para nos ajudar a entender como estes docentes são militantes e como transformam o patrimônio em uma arma de luta política. O que é mais marcante nas narrativas é a constituição de um patrimônio subterrâneo, para o qual a luta dos trabalhadores é o alicerce. A luta como patrimônio não reduz os bens culturais a uma perspectiva de inclusão, na qual se reivindicam falas e narrativas esquecidas. O que se expõem é a realidade da Baixada Fluminense.

² A Declaração de Quebec de 1984, defende uma série de princípios baseados em uma museologia ativa, visando o desenvolvimento das populações. A Nova Museologia é um movimento com preocupações de ordem científica, cultural, social e econômica, em que todos os recursos da museologia como coleta, conservação, pesquisa, restituição, difusão e criação transformam-se em instrumentos adaptados a projetos específicos.

³ Segundo Siqueira (2016), a museologia social pode ser definida como uma área de estudos e práticas dedicada a compreender e promover a apropriação e gestão do patrimônio integral de uma comunidade (abarcando aspectos culturais, naturais e sociais). A museologia social vai além, pois é uma museologia que tem suas raízes no social e seus problemas.

Entre os docentes foram entrevistados a Prof^a Marlúcia de Souza Santos⁴ Pedro Paulo da Silva⁵, Prof^a Filomena Cristina Pires⁶, Prof^a Marisa Gonzaga da Silva⁷, Prof^a Márcia Montilio Rufino⁸ e Prof^a Fátima Bittencourt Davi⁹, que contribuíram com relatos e documentos para a pesquisa que foi realizada. Em todas as narrativas pudemos perceber a realidade da Baixada, em que, para os professores de Duque de Caxias, certamente, não há ruas em toda a Baixada Fluminense que não tenha sangue dos trabalhadores, mas que façam referência aos “vencedores”. Esse exemplo das ruas é um, entre tantos, para explicar, de forma prática, a realidade de cidades como Duque de Caxias e Nova Iguaçu. As narrativas desses docentes trazem o reflexo desta realidade em suas memórias. Com isso, a metodologia utilizada é a pesquisa narrativa, a qual foi usada em entrevistas semi-estruturadas, que permitiu que todos os participantes expusessem suas narrativas. No mesmo sentido, foram apresentadas as narrativas em diálogo com o texto, sendo que a documentação apoia a narrativa da pesquisa. A metodologia das rodas de conversa prioriza discussões em torno de temáticas orientadas pela pergunta inicial da pesquisa. Esse é um diálogo potente, em que as pessoas apresentam suas reflexões, contam suas histórias, instigam o outro a falar. Os posicionamentos dos participantes podem se confrontar e se completar. Os participantes narram suas histórias e exercitam a

⁴ A professora Marlúcia de Souza Santos é formada em Estudos Sociais pela Fundação Educacional Duque de Caxias - FEUDUC (1988), graduada em Estudos Sociais pela Fundação Educacional Duque de Caxias (1982) e mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (2002). Atualmente é servidora pública estadual (RJ) e uma das fundadoras do Centro de Referência Patrimonial e Histórico de Duque de Caxias (CRPH) como coordenadora geral durante anos. É escritora e pesquisadora da história e teve grande participação nas lutas populares nos movimentos sociais e sindicais na cidade de Duque de Caxias.

⁵ O professor Paulo Pedro da Silva é formado em História pela FEUDUC e teve participação no Movimento Populares da Igreja Católica Nossa Senhora do Pilar e com a Teologia da Libertação.

⁶ A professora Filomena Cristina Pires é formada em Pedagogia e professora da rede Pública Municipal e Estadual, trabalhou na Escola Estadual Barão de Mauá na Formação de Professores. Foi diretora do SEPE/Caxias durante várias gestões.

⁷ A professora Marisa Gonzaga da Silva participou da militância pela consolidação da Faculdade Estadual da Baixada Fluminense (FEBF), atuando no movimento estudantil. Teve participação no Partido Comunista em Duque de Caxias e nas associações de moradores na luta pela moradia, e sempre residiu na cidade. É servidora da Rede Municipal de Educação e sempre atuou no movimento sindical da cidade; hoje é diretora do SEPE/Caxias. Trabalha, também, na direção do CRPH como voluntária.

⁸ A professora Márcia Montilio Rufino é orientadora educacional na rede municipal de ensino de Duque de Caxias. Formada pelo Curso Normal no Instituto de Educação Governador Roberto Silveira. Graduada em Pedagogia pela FEBF/UERJ e especialista em Psicopedagogia. Diretora executiva do CEPEMHed desde 2007 e militante na educação desde o início da vida profissional no magistério.

⁹ A professora Fátima Bittencourt David se formou pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 1979 no curso de Pedagogia. Participou da direção do Partido dos Trabalhadores em Duque de Caxias, e também da direção do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação - Núcleo Duque de Caxias (SEPE/Caxias). Exerceu a função de coordenadora geral do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHed) desde a fundação.

rememoração, pois olham o passado presentificando-o e, coletivamente, ressignificam as histórias compartilhadas.

Para Ferreira e Queiroz (2012), a metodologia das rodas de conversa colabora para quebrar os entraves, e facilita a comunicação e a interação. Apesar do pesquisador tentar conduzir a conversa, na verdade quem direciona e define seus objetivos são os participantes. Suas narrativas “detonaram” processos de rememoração individual e coletiva, principalmente no narrador-ouvinte. A roda girou em torno das narrativas sobre as experiências dos professores e suas memórias pessoais e coletivas em relação às histórias cotidianas das lutas pela construção da cidade. Pelas narrativas orbitarem em torno da cidade, as memórias se construíram sobre as lutas sociais constantes. Por isso, as ações militantes desses docentes na cidade não se constituem apenas como memórias, mas fundam a “luta como patrimônio”.

A “luta como patrimônio” amplia tanto o conceito de luta, como um processo formativo cujo suporte é a memória dos movimentos sociais populares e dos movimentos docentes; quanto o conceito de patrimônio que, ao incorporar a dimensão política da luta, ressignifica o sentido da formação de professores. A luta surge como patrimônio pela sua relação com as memórias e experiências, e suas narrativas denunciam a luta como bem de valor. Como menciona Jeudy (1990), o patrimônio não é a simples aquisição e assimilação, é uma conquista social. É nesse sentido que se afirma o patrimônio em Duque de Caxias, produzido às avessas da história dos grandes fatos e personagens da cidade, a partir da legitimação da voz das comunidades e das histórias tecidas no cotidiano da cidade. Para Jeudy (1990), essas características distinguem o patrimônio do monumento, em que o primeiro está em permanente atualização com as memórias sociais, lutas que vão desde a mudança do nome para “Caxias” até a emancipação política da cidade

A pesquisa nos evidencia que a experiência dos professores de Duque de Caxias se confunde com a dos movimentos populares (assim como ocorre em outros municípios), e não se deixou reduzir pela visão fundadora das elites. Em sentido oposto, os docentes buscaram construir outra história, que não existe nos livros nem nas grandes narrativas. A memória das lutas contra a opressão, a miséria e os conflitos contra as injustiças sociais estão presentes nesta história. Nessa perspectiva, os professores-militantes vão construir vias de resistência mais palpáveis como Centro de Memória, Centro de Referência Patrimônio Histórico de Duque de Caxias (CRPH) e Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias (CEPEMHED), que foram fundamentais para a consolidação dos Museu Vivo do São Bento

e para o surgimento de uma política municipal de patrimônio cultural dentro da Secretaria de Educação da cidade de Duque de Caxias. Nesse sentido, as pesquisas produzidas por esses docentes, a produção de conhecimento novo e a educação popular foram muito além de instrumentos de luta, e se configuraram como estratégia de ação política. O patrimônio conquistado em Duque de Caxias não é adquirido/consumido pelos professores e pela população. Tais características do Museu Vivo do São Bento não se reduzem à ideia de monumento, pois, ao privilegiar as narrativas cotidianas, possibilitam a permanente atualização dos sentidos desse bem cultural.

Ao narrar suas experiências de vida e de profissão, os professores não só ressignificam o conceito de docência (ampliada no sentido freireano do termo) como nos colocam diante de outras histórias. Assim, fazem da narrativa e da rememoração uma estratégia de luta, que toma o patrimônio em sua dimensão política e emancipadora. Interessante na pesquisa é que também nasci e cresci circulando pelas ruas e bairros de Duque de Caxias. Estudei em suas escolas e universidade e achava que conhecia a história de minha cidade. Porém, as narrativas dos professores fraturaram essas certezas e saberes, com o que se conseguiu entender melhor a realidade da cidade, marcada por grupos de extermínio, pela resistência da Igreja Católica, pelos movimentos populares e pela opressão, descaso com a vida humana. Esses elementos estão presentes na Baixada Fluminense e em cidades como Duque de Caxias.

A violência, a miséria e o descaso do poder público marcam a história das cidades da Baixada Fluminense, nesse contexto socialmente hostil, economicamente desigual e politicamente conservador, que inaugura o chamado “coronelismo urbano”, como um modelo herdado do coronelismo rural, nas cidades da Baixada Fluminense. Durante décadas, as regiões das cidades da Baixada ampliaram a migração maciça de nordestinos, que fugiam da fome e da seca, ainda na primeira metade do século XX. O aumento populacional e as precárias condições de vida, aliadas ao descaso do poder público, aos desmandos das elites locais, à concentração de poder e à violência institucional, desdobram-se em diferentes formas de resistências e lutas.

Os bairros de Duque de Caxias crescem às margens das estradas de ferro que cortam as cidades da Baixada Fluminense. São os trens que circulam nessas ferrovias que trazem um imenso contingente de migrantes, em busca de melhores oportunidades de trabalho e de vida. As famílias imigrantes se assentam em loteamentos precários, sem luz, água ou saneamento básico, condição que perdura há décadas. A maioria das famílias que migraram para Duque de Caxias vem do Norte ou Sul Fluminense e de estados do Nordeste e do Sul do Brasil.

Quando meus pais vieram para Duque de Caxias – eles eram do interior do Rio de Janeiro, da cidade de Campos dos Goytacazes. Meu pai vinha de uma família de sem terras, empobrecido, passando fome, sua família era muito humilde. Para você ter ideia, quando meu pai veio morar aqui em Duque de Caxias, parou na estação de trem Saracuruna e ficou três dias e três noites no relento (...). Meu pai trabalhou na ferrovia de Magé e quando acabou o trabalho, era um emprego provisório, ele veio para Saracuruna. Como disse, meu pai não tinha dinheiro para nada, passou fome quando chegou em Saracuruna. Na época estava sendo aberto em Saracuruna o loteamento do Senhor Faria Braz (...) (Santos, 2016¹⁰).

Ao narrar suas vidas na cidade, os professores trazem seu inventário. Revisitar esse acervo pessoal mostra que tal inventário pulsa no cotidiano, e que tem uma importância fundamental em sua formação. Nesse sentido, percebemos que o próprio inventário constitui o patrimônio de cada professor e que seu envolvimento com a cidade não é gratuito. Eles tomam partido das questões da cidade e se assumem como “intelectuais orgânicos¹¹”, porque há envolvimento das suas experiências pessoais. Por isso a docência é ampliada, pois sua formação está na cidade, com as classes populares, sejam eles professores da educação básica, da universidade ou pesquisadores dos Centros de Memória.

No cotidiano, estamos o tempo todo instigados pela memória (seja individual ou coletiva), que nos remete a sons, sentimentos, lugares e imagens, que nos conduzem à rememoração. Nesse sentido, os trajetos e percursos que fazemos cotidianamente conferem à cidade uma característica de museu a céu aberto, nos quais as memórias se edificam. Na perspectiva de Jeudy (1990), as memórias sociais formam um edifício disforme, confuso e estranho, em que memórias individuais e coletivas se cruzam, dialogam e compartilham os espaços da cidade. Patrimônio e memória ocupam a cidade. Há uma horizontalidade entre esses conceitos, pois o patrimônio existe pelas demandas das memórias em singularizar suas produções e, as memórias, por sua vez, se sustentam na própria concepção de patrimônio. Não são as memórias do passado, mas o passado repensado no presente.

Uma dessas memórias refere-se às enchentes e alagamentos que ocorriam com frequência nas chuvas torrenciais do verão. Era comum ver famílias inteiras perderem seus poucos bens e ficarem desabrigadas em função das enchentes. Casas e terrenos alagados, valas negras de esgoto a céu aberto facilitavam a proliferação de doenças e de insetos como moscas

¹⁰ In: VIANA, Uhelinton Fonseca. A Educação com o patrimônio e a Educação como patrimônio: uma política na formação de professores (2016, p.74-75).

¹¹ Intelectual orgânico é uma concepção de Gramsci, em que o termo se refere a intelectuais oriundos das classes, ou seja, intelectuais da classe dominante e da classe trabalhadora. A luta de classes acontece pela disputa pela hegemonia. GRAMSCI, Antonio, Intelectuais e a Organização da Cultura. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

e mosquitos. Crianças brincando na chuva tomavam banho e nadavam nos valões, que viravam verdadeiros rios, expostas a doenças e endemias. A falta da água potável permanente se agravava nessas ocasiões, pois muitas das nascentes que alimentam as bicas de água coletivas estavam contaminadas e/ou poluídas. A população sofria e o Estado se omitia. O governo local só tomava medidas de urgência depois que a calamidade pública se instalava. As chuvas de verão levavam consigo a promessa de vida, deixando em seu lugar a desesperança e o desgosto.

A partir de ações comunitárias, a Igreja Católica buscou outras possibilidades e se tornou uma “válvula de escape”, na qual muitas pessoas da cidade encontraram a ampliação dos seus horizontes. Além disso, era um espaço de resistência e luta por melhores condições de sobrevivência na cidade. Nas pastorais, por exemplo, os entrevistados mencionaram que os passeios promovidos pelas igrejas permitiam a circulação de ideias entre as comunidades. Essa ação da igreja ampliou o universo cultural das pessoas para além da cultura das comunidades de origem, fato que influenciou significativamente a formação de jovens professores, militantes na luta por uma educação popular na cidade. A ampliação do universo cultural estimulou a curiosidade epistemológica, no dizer de Freire (1996), e a emancipação dos sujeitos, que passaram a colocar sob suspeição a própria realidade e as condições da vida cotidiana. Os padres, bispos e leigos atuavam como intelectuais articuladores e compromissados com a emancipação intelectual e política das comunidades. Assumia-se uma postura de resistência, que aparece como uma questão de sobrevivência em Duque de Caxias.

Lembro que a Igreja Católica começou a se ampliar nesta época com novas igrejas. Estas eram chamadas Comunidades Eclesiais de Base, um espaço não somente para manter o culto católico, mas de troca de experiência e conhecimento a respeito das nossas condições de vida. Um local onde se organizavam as lutas, em torno das pastorais que se formavam na igreja. Não participava de uma pastoral em particular, pois ainda era do Grupo Jovem, mas ia a eventos da Pastoral Operária. Aprendi muitas coisas que podem ter me motivado, posteriormente, a cursar História (Paulo Pedro da Silva¹²).

Segundo os entrevistados, a cidade de Duque de Caxias, entre as décadas de 1950 e 1970, foi alvo de um crescimento populacional desenfreado, o que agravou ainda mais as precárias condições de vida das classes populares que sofriam com a falta de escolas, saneamento e conviviam com os grupos de extermínio¹³. A conjuntura social e política comum fortaleceu os laços entre Duque de Caxias e a Diocese de Nova Iguaçu, pois ambas as cidades

¹² In: VIANA, Uhelinton Fonseca. A Educação com o patrimônio e a Educação como patrimônio: uma política na formação de professores. 2016. (p.75-76)

¹³ A questão dos grupos de extermínio foi pesquisada na obra de ALVES, José Cláudio Souza, dos barões ao extermínio uma história da violência na Baixada Fluminense, 2015.

enfrentavam miséria, pobreza, violência, precariedade na educação e na saúde, e luta pela superação da desigualdade e por justiça social. Assim, Duque de Caxias se encontrava muito mais próximo a Nova Iguaçu do que de sua diocese, cuja sede era em Petrópolis.

A Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foram atuantes na Baixada Fluminense e, juntamente com Paulo Freire e a Pedagogia do Oprimido, influenciaram gerações de professores militantes dos movimentos populares. A Pedagogia do Oprimido dialoga com a Teologia da Libertação, tanto nas ações organizadas dos movimentos populares, quanto na formação intelectual e humana dos que participavam dos movimentos sociais da Baixada Fluminense.

Os intelectuais da igreja sempre lançavam mão de atividades que permitissem um “despertar” da comunidade, pela reflexão de sua realidade. Os passeios promovidos pela Igreja ajudavam as comunidades a confrontar realidades, e trocar experiências, intercambiar informações e ampliar seus universos culturais. Por acréscimo, também permitiu o acesso aos bens culturais como monumentos, visitas a museus, idas a teatros e a cinemas, num movimento de circulação de pessoas entre os diferentes municípios.

Dom Adriano Hipólito nos ajudou muito. Ele era o homem da Teologia da Libertação. Publicava um boletim dominical, que usávamos nas missas. Era comprometido com a transformação daquela realidade social. Nessa época, além das lutas pelas melhorias dos bairros (lutas pelas passarelas, pelos postos de saúde, que eram feitas parando pistas como Rio-Magé e Washington Luiz); fizemos muitas idas a Brasília para a criação do Hospital Geral de Saracuruna. A luta pela eletrificação da via férrea até Saracuruna, deu origem ao COMTREM¹⁴, movimento atuante que participou de muitas passeatas e promoveu inúmeras reuniões com a comunidade para reivindicar a eletrificação.(...) discutimos cenas cotidianas que testemunhamos e vivíamos acontecimentos dolorosos e desumanos que mostravam o total desrespeito à vida na Baixada Fluminense como um todo. Nessa época, Dom Adriano, começou uma campanha pela defesa dos direitos humanos (Santos, 2016¹⁵).

Segundo os professores e pesquisadores entrevistados, a cidade de Duque de Caxias tem uma história de violência e traz em seu bojo, também, a violência doméstica contra

¹⁴ A Comissão do Trem (COMTREM) foi um movimento popular que, durante anos, lutou pela modernização dos trens na Baixada Fluminense. Neste ano de 2015, ela fez 30 anos, comemorando vitórias como a eletrificação do trem até Saracuruna e suas melhorias.

¹⁵ In: VIANA, Uhelinton Fonseca. A Educação com o patrimônio e a Educação como patrimônio: uma política na formação de professores (2016, p. 103).

mulheres e crianças. Os jornais como *O Povo*¹⁶ e o programa de rádio *A Patrulha da Cidade*¹⁷, nas décadas de oitenta e noventa, frequentemente mencionavam as cidades da Baixada como um local de mortes e chacinas. O radialista Samuca, do mesmo programa, dizia que Duque de Caxias era a terra de Tenório Cavalcante¹⁸, lugar onde a “galinha ciscava para frente”. As cidades da Baixada Fluminense surgiam nas narrativas como lugar violento, marginalizado e permeado pela pobreza. Os moradores da cidade se acostumaram com a violência e com a política do silêncio, que sempre predominou na cidade.

Não podemos esquecer que nas décadas de sessenta e setenta, nossas memórias estão marcadas pela presença dos grupos de extermínio. Constantemente os corpos eram deixados nos lugares públicos de passagem e de grande circulação. Tínhamos que pular os cadáveres que eram deixados como exemplo. Deixavam o corpo o dia inteiro lá, para gente passar por cima deles, como uma mensagem, um lembrete, um aviso... Eu me lembro de que passei por isso a vida inteira no bairro de Jardim Primavera (Santos, 2016¹⁹).

As Associações de Moradores também foram trincheiras dos Movimentos Populares. Em Duque de Caxias, por exemplo, os movimentos populares se organizaram no Movimento União de Bairros (MUB²⁰), que existia antes dos anos 1980, mas foi na mesma década que ocorreu a ampliação dessas organizações, que fortaleceram as reivindicações dos moradores. Segundo os docentes, nesse momento, os movimentos sociais de diferentes matrizes (movimentos negro, feminista, de direitos humanos etc.) desenvolvem suas astúcias e

¹⁶ O jornal *O Povo*, durante as décadas de 1980 e 1990, divulgava fotos de assassinatos na Baixada Fluminense. Dessa forma, diariamente e em suas manchetes havia fotos dos corpos das vítimas mortas nas capas. Hoje, esse jornal não tem mais esse perfil e pode ser comparado a outros jornais de grande circulação como *O Dia* ou *Extra*.

¹⁷ O programa comandado por Samuel Correia (Samuca) apresentava, na Rádio Tupi AM, as notícias da violência do Rio de Janeiro na década de 1980. O programa era bem-humorado e utilizava o teleteatro para contar notícias de violência do cotidiano. Fonte: [HTTPS://youtu.be/tXSt8UB9zik](https://youtu.be/tXSt8UB9zik)

¹⁸ Tenório Cavalcanti, alagoano de Palmeira dos Índios, dominou a Baixada Fluminense nos anos de 1950 e 1960; chegou na região nos anos 20, e morreu em 1987. Populista e de personalidade violenta, aterrorizava seus adversários com uma submetralhadora que chamava de “Lurdinha”. Advogado e político, foi deputado federal e estadual no Rio de Janeiro. Fonte: www.acervo.oblobo.globo.com. Sua personalidade deu origem ao filme “O Homem da Capa Preta” disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=9rBc6rdQaS8>

¹⁹ In: VIANA, Uhelinton Fonseca. A Educação com o patrimônio e a Educação como patrimônio: uma política na formação de professores (2016, p. 104).

²⁰ O MUB surgiu em meados de 1980, como um movimento para congregar associações de moradores em Duque de Caxias. Inicialmente chamado de Movimento de União de Bairros (MUB), com a institucionalização do movimento, no em 1983, passou a se chamar Federação Municipal das Associações de Bairro de Duque de Caxias, mantendo, contudo, o uso da sigla MUB, mais conhecida no movimento social. O MUB existe em Duque de Caxias, mas na Baixada Fluminense existe a Federação das Associações de Bairros de Nova Iguaçu (MAB) e a Federação das Associações de Moradores de São João de Meriti (ABM). Todos foram fundamentais para a unificação das lutas existentes na comunidade.

organizam suas lutas, no sentido cereteuniano²¹ do termo, ou seja, o oprimido não parte para um confronto direto com o dominador, mas cria formas de burlar as estratégias de dominação. A partir das Associações de Moradores e das CEBs, os movimentos populares estruturam sua resistência contra os grupos de extermínio e em favor dos direitos humanos; contra as precárias condições de saneamento, transportes, saúde e educação da cidade, utilizando-se das missas como instrumento de conscientização e das manifestações nas ruas, como forma de protesto e reivindicação. Além disso, usam a participação nas Pastorais, que apoiam as greves e os movimentos sindicais. As greves e a educação, plataformas de luta e resistência mais utilizadas por professores, colocavam em prática suas experiências enquanto militantes da cidade.

Após a greve de 1979, organizamos o núcleo de Duque de Caxias, hoje SEPE. Até então não existia o SEPE. Colocamos todo o material em uma sacola da “Casa da Banha”²². Nós íamos fazer Greve. Essa Greve foi muito importante. Eu, como participava da paróquia, participava, também, da Pastoral Operária e, a Pastoral Operária, apoiava as oposições sindicais, os chamados ‘Novo Sindicalismo’ e ‘sindicalismo de base’²³. Por exemplo, na greve de 1979, o meu ‘Grupo Jovem’²⁴ atuou no apoio à greve. Eu fui a cinco missas num mesmo domingo para arrecadar fundos para esta greve. Não só eu, meus companheiros também. Nós falávamos da greve nas missas, a nós também cabia a tarefa de ‘rodar’, no mimeógrafo, o boletim da greve, além de arrecadar recursos para o fundo de greve (Santos, 2016²⁵).

Segundo os professores, eles foram atuantes nos movimentos pela democratização e pela luta por direitos, bem como pela organização do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE/RJ). O Núcleo de Duque de Caxias (SEPE/Caxias) se organiza com os professores da rede pública da cidade já há bastante tempo e tem uma história de luta e resistência.

Participamos das lutas pela redemocratização do país. Tive a oportunidade de participar da campanha das “Diretas Já”. Participamos com as associações de moradores de todas as passeatas e manifestações. Em 1982-83, já era o

²¹ Para Certeau (2014), a estratégia é o cálculo das relações de quem quer dominar, em que se criam diferentes formas e sistemas de dominação pré-determinados. Em oposição a este sistema surgem as táticas, que são flexíveis e oportunistas e sem um formato determinado.

²² A “Casa da Banha”, também chamada de “CB” ou “Porcão”, era uma das principais redes de hipermercados nas décadas de 1960, 70 e 80, cuja sede era no Rio de Janeiro. Sua mascote das propagandas era um porco. *Jingle* disponível no youtube: https://www.youtube.com/watch?v=dw6bQ1mPE_s

²³ Segundo a professora Marlúcia, o sindicalismo de base em Duque de Caxias era movido pelas demandas e organizado dentro das fábricas, que paravam suas produções quando a classe de trabalhadores era prejudicada.

²⁴ Os Grupos Jovens eram organizados pelos jovens de uma determinada igreja católica, sendo que cada igreja tinha o seu.

²⁵ In: VIANA, Uhelinton Fonseca. A Educação com o patrimônio e a Educação como patrimônio: uma política na formação de professores (2016, p. 112).

governo Brizola e vivíamos o início do processo de redemocratização (Santos, 2016²⁶).

A experiência dos movimentos populares em Duque de Caxias, assim como em outros municípios, não se deixou reduzir pela visão fundadora das elites. Em sentido oposto, buscou construir outra história que não existe nos livros nem nas grandes narrativas. A memória das lutas contra a opressão, a miséria e as injustiças sociais está presente nessa história. Nesta perspectiva, os professores-militantes vão construir vias de resistência mais sólidas, que se concretizam no Museu Vivo do São Bento e nos Centros de Memória, outra etapa da luta pela construção de espaços de preservação da memória, da história local e da ressignificação do patrimônio da cidade.

É por este caminho que a luta surge como patrimônio às avessas da história dos grandes fatos e personagens de Duque de Caxias, que traz a voz das comunidades e pulsa no cotidiano da cidade. A luta agora é pelo direito ao patrimônio. Nesse sentido, as pesquisas, a produção de conhecimento novo e a educação popular, além de instrumentos de luta, se configuram como estratégia de ação política. O patrimônio é conquistado em Duque de Caxias, não é adquirido/consumido pelos professores e pela população. Com isso, as características do Museu Vivo do São Bento não se reduzem à ideia de monumento, pois, ao privilegiar as narrativas cotidianas, possibilitam a permanente atualização dos sentidos desse bem cultural. Como menciona o próprio Jeudy (1990), o patrimônio não se reduz à simples aquisição de conhecimento, pois é uma apropriação social que se relaciona com as memórias. Nesse sentido, o Museu do São Bento se integra à comunidade, aos seus problemas e às demandas sociais.

Ao longo da história, o processo de apagamento das memórias e a destruição cultural é um *modus operandi* da dominação. Benjamin (1996) traz o papel do historicista e sua função social, que podemos enquadrar nesta reflexão. O historicismo, que está a “favor do pelo”, no qual se oculta a história das lutas de classe (violência, extermínio, exploração e roubo) e se afirma a ideologia dominante, é essencial para a dominação de classe e a manutenção do poder. Estes docentes percorrem um caminho diferente, porque suas memórias incluem os conflitos, as derrotas, a destruição e a condição material das lutas. Tal reminiscência certamente ameaça a tradição, os monumentos e a própria noção de patrimônio reduzida à transmissão. Memória

²⁶ In: VIANA, Uhelinton Fonseca. A Educação com o patrimônio e a Educação como patrimônio: uma política na formação de professores (2016, p. 126).

e patrimônio, na sua função social, aparecem como um instrumento e arma no conflito de classes, sobretudo um elemento político que aparece nas formas mais sutis e eficientes.

Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corvêia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo (Benjamin, 1996, p. 225).

A reflexão sobre a realidade e sua ação política, permitiram aos docentes atuar em consequência, e criaram instituições que têm como pedra de toque a memória e o patrimônio da população. As lutas foram fundamentais para a constituição do sentido de patrimônio de Duque de Caxias. A memória, também, é outro elemento importante desta discussão, pois a memória e sua valorização são a substância da concepção de patrimônio que fundamenta os Centros de Memória. Por esse caminho, o Sepe e o movimento dos professores de Duque de Caxias desenvolvem uma política de formação docente fundada na tríade cidade-educação-patrimônio, cuja centralidade é a dimensão local, em que a formação (inicial e continuada) se articula às singularidades e às especificidades da cidade, tendo como base a pesquisa de outras histórias e perspectivas.

A perspectiva do movimento dos professores de Duque de Caxias está inerente às suas experiências na cidade. Os professores que criaram o CRPH e CEPEMHed são os professores da rede pública municipal e estadual da cidade de Duque de Caxias. Esses docentes têm forte vínculo com o movimento sindical (Sepe), que tem significativa atuação na educação da cidade. A luta aproxima os professores, que têm uma história de luta e militância na cidade e nas comunidades, e o Sepe/Caxias é o elemento agregador e articulador desses dois grupos de professores que estão à frente dos Centros de Memória. É no movimento sindical que esses professores se encontram e se organizam para reivindicar os Centros de Memória e o Museu Vivo do São Bento.

As conquistas deram origem aos Decretos de n.º 4.805 e n.º 4.806 e, depois, às Leis de criação de n.º 2.223 e n.º 2.225 que criaram os Centros de Memória que permitiram: a preservação do Sambaqui; a criação do Museu Vivo do São Bento (Lei n.º 2.224) e a

sistematização das lutas pelo patrimônio da cidade. O Sepe/Caxias, ao abraçar essa luta, amplia seu horizonte de ação e cria outra história (e um outro paradigma) para a formação continuada e inicial de professores, com a formação fundada na educação com o patrimônio, que afirma a educação como patrimônio da cidade de Duque de Caxias pelo CEPEMHED.

A história da construção dos Centros de Memória remonta ao movimento de luta que está nas memórias da população de Duque de Caxias. No mesmo sentido, os Centros de Memória nascem na perspectiva de uma educação popular a partir do patrimônio cultural e da vida cotidiana da cidade. Dessa forma, o patrimônio se desdobra com as memórias dos grupos sociais, da discriminação à cultura negra, da barbárie política que dominou a cidade por anos. Por outro lado, os docentes trazem, também, a cultura popular como o reisado, a cultura nordestina e a memória da população da cidade. Nesse âmbito, são ressaltadas as tensões, conquistas e embates, que são rememorados pelas comunidades de Duque de Caxias.

Os Centros de Memórias materializam os patrimônios com as comunidades, expressão da cultura de luta e resistência da população de Duque de Caxias.

Meu nome é Marisa, sou da direção do CRPH e da direção do SEPE. Minha atuação principal sempre foi no Sindicato dos Profissionais da Educação. Participei da Associação de Moradores, movimento social organizado. O sindicato defende uma corporação, mesmo com uma política que busca ultrapassar uma visão corporativista. O SEPE em Caxias sempre esteve envolvido com todas as lutas: movimento agrário, popular, por moradia, junto com o MUB, da Federação da Associação de Moradores. Na época em que a Marlúcia, também era do MUB, fizemos um dossiê, para apresentarmos ao governo o que era necessário a médio e longo prazo e realizamos exposições nas feiras de Duque de Caxias. No dossiê mapeamos a realidade das escolas do município, desde a panela, filtro e geladeira, a professores e orientadores (Silva, 2016²⁷).

A nossa luta pela história da Educação da cidade está posta por nós há muito tempo. Só pra você ter uma ideia, organizamos, com a Associação de Moradores, o “Curso de História Local” e “A História que não foi contada”; para os professores leigos e a rede toda. Fazíamos cursos de história local e da história da Baixada Fluminense, mas começamos a nos aproximar, também, da história da Educação. O olhar para esta experiência dos professores nas políticas públicas, colabora para entendermos um pouco a Educação que tínhamos (Santos, 2016²⁸).

A construção dos dois centros foi uma coisa que aconteceu junto. Porque a gente tinha um movimento dentro do sindicato, de começar a pensar o cuidado necessário com o patrimônio escolar. Como começamos a pensar nisso? Acho que um pouco da nossa formação acadêmica. Não que eu tenha feito um viés da educação patrimonial, mas trabalhei um pouco com as lutas

²⁷ In: VIANA, Uhelinton Fonseca. A Educação com o patrimônio e a Educação como patrimônio: uma política na formação de professores (2016, p. 167).

²⁸ Idem. (p.174).

e a política sindical e como essas lutas chegam à escola. Então, no sindicato, pelo menos no núcleo Duque de Caxias, temos duas questões que nos diferencia. Eu falo “nós”, apesar de não estar bastante tempo na direção do SEPE. Temos um compromisso com esse espaço (Davi, 2016²⁹).

Todo mundo comprou um pedaço do Sambaqui. Aqui tem muitos proprietários, inclusive institucionais. Todos fizeram “vaquinha” na assembleia e em tudo que era lugar. Batemos de porta em porta. A Marisa, não sei se ela falou, eles dizem que ela é a “madrinha” do sambaqui. Isso foi iniciativa da Marisa (...) (Rufino, 2016³⁰).

Em um único golpe, as leis instituíram o Museu Vivo do São Bento, o CRPH, o CEPEMHED e o Museu da Taquara. A Lei n.º 2.225, de 7 de setembro de 2008, criou o Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias (CRPH) e o Arquivo Municipal. No caso do Museu Vivo do São Bento, o Decreto-Lei que o institui foi de n.º 2.224, de 3 de novembro de 2008. Essa lei foi fundamental para definir a instituição e preservar legalmente o museu e os bens imóveis de valor histórico do bairro. O Museu Vivo do São Bento é definido como museu de percurso e ecomuseu, tipologias de museus a céu aberto. Em vez de objetos musealizados e coleções em uma construção, no museu tem bens culturais num espaço territorial que o compõem. No caso de Duque de Caxias, é o “Grande São Bento” com todas as construções que estão colocadas em sua lei de constituição.

O Museu também pode ser definido, de certa forma, como um Ecomuseu, considerando que os docentes são atuantes na comunidade. Esse conceito de museu, segundo Varine (1987), traz uma dimensão comunitária de museus, em que os membros de uma comunidade tornam-se atores do processo de formulação, execução e manutenção dele. No caso do Museu Vivo do São Bento, a comunidade é parte fundamental do museu, pois seus projetos destacam a participação dos moradores em seu desenvolvimento. Por isso, ele é uma instituição museal que associa ao desenvolvimento da comunidade a preservação de um patrimônio natural e cultural pertencente a ela. Esses bens culturais explicitam o modo de vida da comunidade e de seu território. Os docentes de Duque de Caxias, como moradores da cidade e atuantes nos movimentos populares, trabalham no desenvolvimento da comunidade pelo patrimônio. Na verdade, as características físicas combinadas ao movimento dos professores promovem essa singularidade, e definem o Grande São Bento como um museu comunitário e de percurso.

A perspectiva do movimento dos professores de Duque de Caxias está inerente às suas experiências na cidade. Os professores do CEPEMHED e CRPH lecionam na rede pública

²⁹ Idem (p.235).

³⁰ Idem (p.238).

municipal e estadual da cidade de Duque de Caxias. Na militância política pela aprovação das leis, o sindicato coloca o patrimônio como bandeira e assume a relevância dos Centros de Memória, encampando a luta do movimento dos professores pelo patrimônio. As ações do Sepe/Caxias colaboram para a educação com o patrimônio e a educação como patrimônio, em que os Centros de Memória são a consequência de uma das lutas do movimento dos professores. É no movimento sindical que estes professores se encontram e se organizam para reivindicar os Centros de Memória e o Museu Vivo do São Bento.

No Museu Vivo do São Bento, o percurso é trilhado por completo ou parcialmente, seja por pesquisadores, estudantes, moradores e turistas: um público amplo e com objetivos variados. Entre os lugares que fazem parte do percurso destacamos: A "Sede Administrativa do Museu Vivo do São Bento abriga além da seção administrativa do Museu, o Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias (CRPH), o Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense (Cepemhed) e do Arquivo Público Municipal. Nessa sede temos a guarda de acervos museológicos, bibliográficos e arquivísticos, assim como espaços de exposição e espaço de encontros. Seu acervo conta com objetos de referências da história e cultura de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense.

Figura 1 - Prédio sede do Museu Vivo São Bento.



Foto: acervo Marlucia Souza (2016)

Como se trata de um museu de percurso, o que temos são diversos lugares dentro do território do São Bento. Outro local que pode ser visitado ao longo do percurso do museu é o Sítio Arqueológico Sambaqui do São Bento. Trata-se de um sítio arqueológico correspondente aos chamados Povos do Sambaqui, uma população que ocupou grande parte do litoral brasileiro.

O sambaqui caracteriza-se por amontoados de conchas de moluscos, ossos de aves, peixes e pequenos mamíferos que, com o passar do tempo, foram cobertos por solo e vegetação, e chegam a datar 5000 anos no Brasil.

Figura 2 - Acervo e percurso do Museu Vivo São Bento.

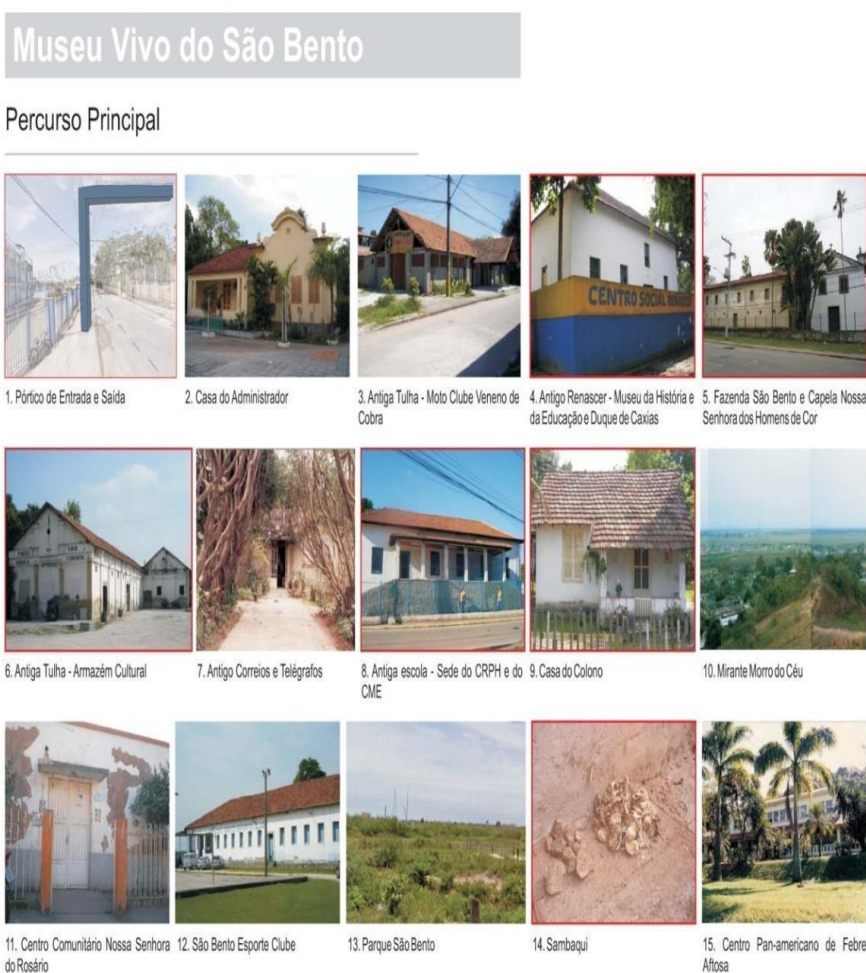


Foto: acervo Marlucia Souza (2016)

No território do Museu, é possível conhecer diferentes locais de temporalidade. O Museu abrange o Grande São Bento³¹, que conta com diversas construções de valor histórico e com a memória das comunidades. No percurso do Museu temos: a Casa do Administrador do Núcleo Colonial São Bento, que é o prédio colonial; a Antiga Tulha, ocupada pelo Moto Clube Veneno da Cobra; a Igreja Nossa Senhora do Rosário e o Casarão Beneditino; a Antiga Tulha da Fazenda São Bento e do Núcleo Colonial; o Antigo correios e telégrafos; o prédio da Fazenda do

³¹Assista a um vídeo disponível sobre o Percurso do Museu Vivo do São Bento, realizado pela série Museu do Rio. <https://www.youtube.com/watch?v= 2T3hCLRDh8>

São Bento, que foi adaptado como Escola Agrícola Nísia Vilela (hoje sede do museu); a Casa do Colono; o Sambaqui do São Bento; o Casarão do Centro Panamericano de Febre Aftosa; o Antigo Renascer; o Mirante Morro do Céu; o “Parque São Bento, o São Bento Esporte Clube e o Centro Comunitário Nossa Senhora do Rosário.

Segundo os docentes, a sede do Museu Vivo do São Bento é apenas parte do complexo do Grande São Bento. Segundo a Lei n.º 2.224, a Casa do Administrador do Núcleo Colonial é a porta de entrada do Museu Vivo do São Bento. Construída na década de 1950, o prédio da administração foi a voz do estado no núcleo colonial. Localizada dentro da Fundação Educacional de Duque de Caxias (FEUDUC), a Casa do Administrador é sede da Associação de Professores-Pesquisadores de História (APPH – Clio) e da pós-graduação da Faculdade. A Feuduc foi construída tendo a Casa do Administrador em seu interior. A construção mais antiga do percurso do São Bento é a Casa da Vivenda da Fazenda Iguaçu. É um casarão e sobrado anexado à Capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor, que, na década de 1920, foi desapropriada da ordem beneditina, ficando apenas com a capela. Hoje o casarão e a capela são espaços museais para contar a história da fazenda Iguaçu.

Nas entrevistas pudemos destacar o funcionamento dos bens culturais do percurso, assim como um pouco da sua história. A Tulha principal, que era área destinada ao armazenamento da fazenda e garagem de carruagens, foi usada pela Secretaria de Obras Municipais. A prefeitura de Duque de Caxias fez a doação deste prédio para o Museu Vivo do São Bento, para construir um “armazém cultural”. Devido à ausência de uma política de tombamento municipal, a Tulha principal continuava em uso pela prefeitura. No entanto, sua finalidade como “armazém cultural” ainda não tinha se efetivado. Na verdade, o museu tem três tulhas de armazenamento, ao longo do percurso, que ganharam outras funções. Além da principal, o percurso tem a “tulha de carvão”, na qual está alocado o Moto Clube “Veneno da Cobra”, que realiza suas atividades, e é de propriedade particular. Por último, a “tulha secundária”, que armazenava a produção da fazenda, foi incorporada ao Museu em 2008, e é utilizada pela prefeitura.

O Centro Pan-Americano de Febre Aftosa (Panaftosa) é um centro científico da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) localizado em Duque de Caxias, Rio de Janeiro. O casarão do Centro Pan-Americano de Febre Aftosa foi instituído no Grande São Bento na Era Vargas. Este, também, está na lei e faz parte do percurso do Museu Vivo do São Bento. No trajeto dos bens culturais, inclui-se a Reserva Ambiental do Morro da Marinha, que é um mirante do

São Bento e o Novo São Bento, com ocupações organizadas por movimentos nos anos 1990, espaço de ações com o patrimônio cultural.

A constituição do Museu Vivo do São Bento como museu de percurso evidencia que a comunidade integra-se ao complexo do São Bento, como parte desse espaço museal. Como foi criado por docentes, o museu tem uma abordagem pedagógica, e os professores desenvolvem atividades com a comunidade, definindo a organização das instituições e sua missão. As atividades de pesquisa, exposições e visitas guiadas ao território do museu, bem como a preocupação em preservar escolas históricas da cidade, são atividades singulares e inéditas para Duque de Caxias e cidades próximas. E a missão da instituição do Museu Vivo do São Bento delinea o posicionamento político em relação à cidade, à comunidade e à tipologia do museu.

A importância da atuação da instituição pode ser medida pelas atividades desenvolvidas nos Centros de Memória. São exemplos de trabalhos os projetos: “Achadouros”, que levanta fontes de pesquisa, acervos de fonte primária e documentação nos bairros; o “Café com História”, em que os participantes narram suas memórias e depoimentos, fonte primária de documentação; a “Capoeira”, que aproxima da comunidade a cultura afro-brasileira; o “Cine Clube”, que aproxima a comunidade das produções culturais cinematográficas; a “Comunidade Educadora”, com a formação de Jovens Pesquisadores Populares em escolas públicas da cidade, no eixo memória; a “Formação Continuada” ou Grupos de Estudos, que busca potencializar ações de pesquisa escolar e fomenta a publicação de artigos e projetos; o “Jovens Agentes do Patrimônio”, em que os jovens são preparados para atuar como guias nos percursos da Baixada Fluminense; o projeto “Mulheres Artesãs”, que visa promover o encontro e a troca de experiências entre as mulheres das comunidades; e o “Trabalho de Campo”, que realiza visitas guiadas em percurso da Baixada Fluminense.

Figura 3 - Visita guiada ao Sambaqui São Bento.



Foto: acervo Marlucia Souza (2016)

Nesse sentido, é possível perceber na perspectiva da museologia social a finalidade de um museu que transcende uma visita “passiva” e meramente expositiva de bens culturais. O Museu Vivo do São Bento se mostrou capaz de dar representatividade a alguns segmentos de grupos subalternizados e seu acervo é meio do seu trabalho e não fim em si para a preservação. Por isso, a museologia social surge como fundamental nas regiões de periferia, como Duque de Caxias. O acervo museal do Museu Vivo não se reduz a objetos museológicos e sua originalidade, mas se estende às memórias da comunidade do São Bento, bem como amplia seu debate aos dramas e problemas de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense. Seu acervo é o território e a comunidade, por isso, é chamado de “Vivo”, suas narrativas não se reduzem à inclusão e ao direito ao patrimônio, porque alcançam a ideia de patrimônio como luta, denúncia e indignação das questões sociais que oprimem a vida da população. O uso do percurso é um espaço para entender a realidade do São Bento e as atividades realizadas no museu, que buscam a integração da comunidade nesse processo.

A ideia de um museu de percurso e social são fundamentais para se pensar e repensar o museu e sua função na sociedade. Os docentes que promoveram a construção do Museu do São Bento ainda lutam pela sua manutenção, pois esse Museu representa a resistência e a luta na Baixada Fluminense. Ele representa as memórias dos esquecidos e excluídos, das lutas da

classe trabalhadora, da violência, e se constitui um espaço de diálogo e de valorização da cultura popular da Baixada Fluminense, trazendo, com isso, grande contribuição.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa destes docentes, que se desdobra em Duque de Caxias é, acima de tudo, uma experiência instituinte e, portanto, única na formação de professores no Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense, e singular na questão da museologia social. Cada etapa deste artigo colabora para a reflexão dessa experiência. A cidade de Duque de Caxias, suas comunidades, suas práticas educativas e patrimoniais e a formação do Museu Vivo do São Bento são indícios das lutas sociais. “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (Marx, p. 40).

Nesta perspectiva, o movimento de professores se sobressai, ao produzir a educação e o “patrimônio a contrapelo”, consequentemente uma museologia que convoca a memória dos vencidos, a pesquisa, as narrativas impregnadas no cotidiano vivido, o que fica em oposição à história oficial da cidade – histórias silenciadas pela mídia e pelas políticas culturais do município. Essa percepção surge, talvez, por reconhecer os “monumentos da barbárie” e vê a necessidade do combate e do confronto no campo da cultura.

Os professores e autores do Museu Vivo do São Bento nos ensinam que a resistência não é apenas uma possibilidade, mas é a escolha necessária para lutar e sobreviver em cidades de periferia. Comunidades que lutam pelos direitos, pela vida e pelo direito à cidade são marcadas em um Museu Vivo, são seu patrimônio. A luta política na cidade e a militância constituem uma vida inteira de quem viveu e vive na cidade. Não é o patrimônio pelo patrimônio, mas o patrimônio como ferramenta de luta na cidade. A história observada de baixo, pelo seu avesso, valoriza tudo aquilo que a história oficial insiste em apagar e denuncia o sistema que atravessa nossa sociedade. São pontos que articulam a história do cotidiano da cidade e as narradas pelas professoras. Com a mesma inspiração e força dos poemas de Solano Trindade³², o Museu Vivo denuncia: tem gente com fome.

O produto material desta luta política em Duque de Caxias e na Baixada Fluminense é o Museu Vivo do São Bento, que nasce da experiência e do conflito de classes que permeiam as

³²Francisco Solano Trindade é um poeta, que atuou nas causas do movimento negro e da Cultura Popular, na década de 1950; é atuante em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense.

idades periféricas do Rio de Janeiro. Acredito que o museu traz uma perspectiva revolucionária e singular nas suas características. Se, por um lado, nasce no âmago dos movimentos sociais e sindicais da classe trabalhadora, com a mensagem de uma museologia revisionista e integrada às necessidades da população; pelo mesmo caminho, ele ocupa e se apropria dos espaços que eram de influências das classes dominantes, tais como templos religiosos, sedes administrativas, armazéns. Isso torna todos esses espaços parte do museu e os usa como ferramenta de luta e apropriação social. Isso não significa que a instituição se organiza em trazer apenas saberes a ser transmitidos, ao contrário, o museu problematiza e extrai seu acervo da realidade. Em outras palavras, não é o museu irradiador do saber, mas a comunidade e suas memórias como elemento a fonte principal deste patrimônio.

O Museu Vivo de São Bento traz grande contribuição e, o que mais chama atenção, é sua proposta crítica, como o materialismo histórico sempre evocou, que abraça a realidade da Baixada Fluminense e reconhece a luta como caminho principal. O pensamento religioso é trocado pela crítica. Talvez, por isso, que ocorram tantas tentativas de desmonte dessa instituição atualmente. Tal perspectiva mostra que a cultura e os museus representam um caminho necessário e relevante, porque podem moldar e modular a luta de classes a favor ou contra os trabalhadores.

Tem gente com fome
Trem sujo da Leopoldina
Correndo correndo,
Parece dizer:
Tem gente com fome,
Tem gente com fome,
Tem gente com fome...
Estação de Caxias,
De novo a correr,
De novo a dizer:
Tem gente com fome;
Tem gente com fome,
Tem gente com fome(...)

(Solano Trindade, *Cantares ao meu povo*, 1961)

REFERÊNCIAS

ALVES, José Cláudio Souza. Dos barões ao extermínio uma história da violência na baixada fluminense. Apph-Clio, 2015.

BENJAMIN, Walter. Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaio sobre literatura e história da cultura – (Obras escolhidas; v. 1), 10. ed, São Paulo: Brasiliense, 1996.

DECLARAÇÃO DE QUEBEC. Princípios de Base de uma Nova Museologia. Cadernos de Sociomuseologia, v. 15, n. 15. 1984. Disponível em: <https://revistas.ulusoфона.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/342>. Acesso em: 17 nov. 2025.

FERREIRA, Alessandra Aniceto de Figueirêdo e QUEIROZ, Tacinara Nogueira de. A utilização de rodas de conversa como metodologia que possibilita o diálogo. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2012.

FREIRE, P. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 17ª ed. 2003.

FREIRE, P. A importância do Ato de ler. 52ª ed. São Paulo: Cortez, 2021.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GRAMSCI, Antônio. Os intelectuais e a organização da cultura. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Ed.4, . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

JEUDY, H.P. Espelho das cidades. Rio de Janeiro: Casa das Palavras, 2005.

JEUDY, H.P. Memórias do social. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

MARX, Karl, ENGELS, Friederich A Ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

SAVIANI, Demerval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 3. ed., Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SIQUEIRA, Juliana Maria. Museologia Social e Educação: o poder da memória para descolonizar o ensino. Revista Fórum Identidades, Itabaiana: GEPIADDE, Ano 10, v. 22, n. 22, 2016, p. 85-100.

VARINE Hughes. O Tempo Social. Trad. Fernanda de Camargo-Moro e Lourdes Rego Novaes. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1987.

VIANA, Uhelinton Fonseca. A Educação com o patrimônio e a Educação como patrimônio: uma política na formação de professores. 2016. 450 f. Tese (Doutorado em Educação. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

VIANA, Uhelinton. Patrimônio e educação: desafios para o processo de ensino - aprendizagem, 2009. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.